

COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TIPITINGA: ORGANIZAÇÃO, IDENTIDADE E DIREITO À TERRA

Antonio Edson Farias¹
Arivaldo Silva de Araújo²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a organização da comunidade quilombola do Tipitinga e o acesso à terra desse grupo a partir da fundação da Associação de Moradores. Tipitinga está localizada no Município de Santa Luzia do Pará no nordeste paraense. Foi tradicionalmente ocupada pela família Vitorino Ramos desde meados do século XIX. A luta organizada pela conquista do título único e coletivo iniciou-se no ano de 2005 através da criação da associação denominada Associação de Moradores Quilombo do Tipitinga. Foram 03 anos de persistência, enfrentando a burocracia, até que no ano de 2008 foi lhes concedido o título almejado, garantindo o direito ressaltado na Constituição Federal, oficializando o direito à terra daqueles moradores. Nesse sentido, a legislação brasileira que trata dos interesses dos quilombolas é muito lenta, de modo que retarda a legitimidade da identidade étnica e cultural dos remanescentes quilombolas, já que para ser dito como tal precisa do aval governamental.

Palavras-chave: Organização. Identidade. Direito. Terra. Quilombolas.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo discutir la organización de la comunidad quilombola del Tipitinga y el acceso a la tierra de ese grupo a partir de la fundación de la Asociación de Vecinos. Tipitinga, está ubicada en el Municipio de Santa Luzia do Pará en el nordeste paraense. Fue tradicionalmente ocupado por la familia Vitorino Ramos desde mediados del siglo XIX. La lucha organizada por la conquista del título único y colectivo se inició en el año 2005 a través de la creación de la asociación denominada Asociación de Vecinos Quilombo del Tipitinga. Fueron tres años de persistencia, enfrentándose a la burocracia, hasta que en el año 2008 se les concedió el título deseado, garantizando el derecho resaltado en la Constitución Federal, oficializando el derecho a la tierra de aquellos moradores. En ese sentido, la legislación brasileña que trata de los intereses de los quilombolas es muy lenta, de modo que retarda la legitimidad de la identidad étnica y cultural de los remanentes quilombolas, ya que para ser dicho como tal precisa del aval gubernamental.

Palabras clave: Organización. Identidad. Derecho. Tierra. Cimarrones.

INTRODUÇÃO

A Comunidade de Remanescentes Quilombolas do Tipitinga foi o campo de pesquisa deste trabalho. A escolha desse tema deu-se em virtude de no Município de Santa Luzia do Pará ter comunidades remanescentes quilombolas e que desde 2005 vem procurando se organizar em entidades coletivas em busca da auto definição como quilombolas e demarcação

¹ Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA, 2017); edsonfarias13@gmail.com

² Historiador, Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE), (UFPA, 2013); arisilva75@gmail.com

territorial. Tipitinga, por sua vez, fundou a Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo do Tipitinga - AMORQUIT, uma associação que possibilitou conquistar o título definitivo da terra coletiva com mais de seiscentos hectares. Essa comunidade situa-se entre os rios Curi e Caeté, fazendo fronteira com Bragança no nordeste do Estado do Pará.

O título único e coletivo que essa comunidade conquistou em 2008 sustenta seus direitos adquiridos na Constituição Federal de 1988, além disso garante seus valores como herdeiros da terra habitada pelos seus ancestrais. Direitos que por séculos foram negados pelo Estado, haja vista que esses direitos constitucionais que contemplam as comunidades remanescentes quilombolas somente foram alocados na legislação brasileira de 1988 com empenho dos movimentos em prol da causa negra. Tipitinga teve seu título coletivo contemplado somente com um terço da área demarcada inicialmente. Concordamos com Souza (2009) acerca d'os remanescentes quilombolas contemporâneos [...] se organizaram com o intuito de garantir melhorias e se enquadrar frente às políticas de governo instituídas pelo Estado.

A comunidade pesquisada teve seus primeiros habitantes em meados do século XIX. Pessoas oriundas do vilarejo de Calabouço distrito de Bragança/PA. Com todas as dificuldades de locomoção, o rio Caeté foi por décadas uma das possibilidades de deslocamento de um local para outro. Seus primeiros moradores foi à família Vitorino Ramos, e que desde então começou sua estruturação nesse território. Essa família cresceu e formou a comunidade do Tipitinga, tendo na luta pela titularidade da terra coletiva seu principal desafio dos últimos anos. Aliado a projetos que seu Severino Ramos com demais membros da comunidade procuraram adquirir após a fundação da associação.

Nesse sentido, objetivamos entender as formas de organização da comunidade do Tipitinga após a fundação da associação estabelecida no ano de 2005, inclusive com o apoio do Centro de Defesa dos Negros no Pará - CEDENPA, para organizar-se e galgar o conceito de identidade quilombola e readquirir as terras por eles antes ocupadas, pois encontram-se nas mãos de um grande proprietário agropecuarista dessa região. A fundação da AMORQUIT possibilitou a conquista de parte da área da família Vitorino Ramos, mas grande parte ficou isolada por cercas de arame, onde o Estado não cumpriu seu dever de desapropriá-las. Dessa forma, o Estado, como sempre, suprime direitos dos negros no Brasil, mesmo esses se adequando às normas da legislação.

Nessas vozes, percebem-se as mudanças de comportamento dos mesmos ao longo de suas vivências, assim como as características sociais existentes e/ou construídas ao longo dos anos. Nesse sentido, os trabalhos de Rosa Acevedo (2004), Edna Castro (2006), Flávio

Gomes (2005), Vicente Salles (1931), entre outros, servirão como suporte para a discussão historiográfica deste capítulo. Do mesmo modo foi indispensável a utilização de entrevistas com moradores dessa comunidade. Com essas ferramentas entende-se que a presença do negro nessa região aconteceu de maneira expressiva. As margens dos rios Caeté/Curi serviram como refúgio para a família Vitorino Ramos, onde desenvolveram suas práticas culturais na agricultura, com o plantio de roças, no artesanato, com a confecção de utensílios, nas relações comerciais, com o intercâmbio com Bragança ou mesmo entre os próprios moradores.

Buscamos compreender o entendimento que os moradores do Tipitinga têm sobre a relação entre terra e identidade, visto que nem todos os habitantes compreendem o termo quilombola. Talvez pelo fato de não fazerem parte dos movimentos e direcionamentos das projeções almejadas pela comunidade.

Como a educação é fundamental para uma sociedade, analisamos a legislação que fundamenta e prioriza a História da África e dos africanos nos currículos escolares brasileiros. Entre essas leis mostra-se a LDB 1996, Lei nº 10639/2003, Leis municipais 003/004/2009. A legislação educacional fundamenta a obrigatoriedade desses ensinamentos nas escolas brasileiras. Discute-se, também, a terra como herança e direito constitucional dos remanescentes quilombolas, mesmo que somente após mais de cem anos da abolição da escravidão foi que movimentos de negros organizados conseguiram constitucionalmente seus direitos pela posse da terra quilombola (SOUZA, 2009). Mesmo com o direito à terra, percebe-se que os quilombolas devem aliar-se a formalização de entidades representativas e a outros grupos com mais experiências sobre o assunto quilombola, inclusive, as ONG'S que os representam, pois somente se autodeclarar pertencente a esse grupo étnico não é suficiente para serem vistos como tais. Nem mesmo a herança e o pertencimento da terra a esses habitantes tradicionais são fundamentais para o Estado.

Portanto, a luta pelo território do Tipitinga, deu-se a partir do momento em que a comunidade organizou-se coletivamente através da associação no ano de 2005. A partir daí, como mostra os documentos da AMORQUIT, foi oficializada a identidade étnica da família Vitorino Ramos. Nesse sentido, Souza (2012) mostra que as comunidades remanescentes quilombolas nos últimos anos “são pauta de debates”, visto que esse número crescente torna-se perceptível ao analisar as demandas regionais de comunidades requerendo suas titularidades.

A ORIGEM DO TIPITINGA

Tipitinga, que na língua Tupi significa água barrenta, começou a ser povoada pela família Vitorino Ramos, por volta de 1850. Em entrevista realizada com o senhor Severino Pinheiro Ramos³ em 21 de janeiro de 2014, esse natural da comunidade remanescente quilombola do Tipitinga e tataraneto da primeira moradora, conta que “os primeiros moradores que aqui chegaram eram escravos fugidos das fazendas e dos senhores de engenho⁴, assim dizia a minha bisavó relembando a minha tataravó dona Silvana, de esposo não conhecido”. Severino Pinheiro Ramos segue afirmando: “minha tataravó Silvana, junto com outras pessoas foram os primeiros moradores negros a habitar estas terras há mais de 100 anos”. Essas terras que o senhor Severino refere-se localizam-se nas margens dos rios Curi e Caeté, na região bragantina, no nordeste do estado do Pará.

Com a perseguição sobre os quilombolas⁵ nas palavras de Flávio Gomes, “quilombolas continuavam com a mesma estratégia, migravam constantemente marcando suas próprias fronteiras” (GOMES, 2005, p. 23), com esse deslocamento formavam-se novos quilombos, inclusive nas margens dos igarapés, como é o caso do Tipitinga, que fica no encruzo dos rios Curi e Caeté. Essa migração foi compreendida como resistência ao regime escravocrata desde o período colonial brasileiro. Foi, portanto, durante os séculos, XVIII e XIX que se formou grande parte dos quilombos no atual estado do Pará. Ao fugir para esses quilombos conhecidos também por mocambos, os escravos objetivavam conquistar sua autonomia, sua liberdade e sua organização. Essa organização quase sempre se dava com a junção de índios e ex-escravos fugidos para longe dos engenhos ou fazendas. Com esse mesmo posicionamento a historiadora Souza (2012, p. 65), analisando a ocupação na região do Turiaçu entre Pará e Maranhão diz que: “Nas primeiras décadas do século XIX os registros da presença de escravos negros na fronteira tornaram-se frequentes, assim como as notícias de negros fugitivos e amocambados na região”. Para Souza (2012) “Essa fronteira foi marcada por [...] lutas, alianças e conflitos” (2012, p. 65). Nesse mesmo segmento, Gomes (2005) observa que antes do século XIX já havia negros pela vasta Amazônia.

A população escrava negra e africana nos setecentos estava, de fato, espalhada pela Amazônia. Podia estar nas lavouras – onde trabalhava junto com os índios – ou na

³ Agricultor e um dos que lutam intensamente pelo direito à terra e melhores condições de vida para todos do Tipitinga.

⁴ Local onde os escravizados eram obrigados a trabalhar em condições desumanas.

⁵ Pessoas que se auto-declaram como descendentes afro-brasileiros e que moram em terras tituladas como remanescente quilombola.

coleta das “drogas”, no transporte das canoas [...] mocambos e quilombos do Grão-Pará não só se espalhavam e cresciam, mas também aperfeiçoavam suas estratégias de defesa e proteção (GOMES, 2005, 50-51).

Segundo o historiador Vicente Salles⁶ (1988, p. 63), “a fuga deve ter sido, no começo, solução bastante difícil e arriscada”, dessa forma o escravo se aventurava, indo abrigar-se, quase sempre, em aldeias indígenas. Assim, fortalece os depoimentos de moradores remanescentes do quilombo do Tipitinga, essa área já titulada e depoimentos de moradores da comunidade vizinha das Três Voltas, essa comunidade que também luta por reconhecimento de descendente quilombola, que nesta região existiam aldeias.

Nos levantamentos de Edna Castro⁷ (2006), a presença das fazendas, engenhos e agricultura na região bragantina crescia. Castro destaca que “Em 1848, a produção agrícola da zona bragantina era a mais expressiva de todo o Estado”. (CASTRO, 2006, p. 35). Além disso, crescia também o índice populacional com a presença do negro. Algumas décadas depois, em 1875, começou a estrada de ferro de Bragança, e por conta disso acontecia também o crescimento populacional e econômico na região bragantina.

A presença inconfundível de afro-descendentes nessas mediações (Bragança) pode ser resultado de navegantes, inclusive do porto de Turiaçu que até 1852 fazia fronteira entre o Pará e Maranhão. Edna Castro afirma que apesar dos estudos não serem conclusivos, há fortes indícios do porto de Turiaçu ter sido usado para o comércio ilegal de escravos. Castro (2006) lembra-nos que a partir do progresso de suas fazendas e engenhos, com fácil acesso ao litoral navegando pelo Caeté, Bragança guardou marcada presença do negro na sua história e na sua cultura”. Porém, Souza (2012) ao analisar os estudos de Flávio Gomes (2006), mostra a intensificação da presença negra nas proximidades do Turiaçu, onde a grande floresta e rios facilitavam a fuga e o esconderijo dos “negros fugitivos”.

Nos conta Edna Castro, averiguando documentações nos cartórios de Bragança com o interesse de colher informações sobre a “história social das relações entre senhores e escravos.”, como muitas informações dão sentido a existência da forte presença de escravos trazidos ou fugidos para essa região litorânea. Para Edna Castro, realizar tal pesquisa seria o ponto de partida para desvendar a procedência dos povoados dos remanescentes quilombolas do nordeste paraense. Com esses levantamentos realizados a partir de 1998, detecta-se na

⁶ Autor de grandes obras como “O Negro no Pará Sob o Regime da Escravidão” e “O Negro na Formação da Sociedade Paraense.

⁷ Doutora em Sociologia e professora na Universidade Federal do Pará. Grandes obras como “Escravos e Senhores de Bragança, 2006.

pesquisa etnográfica⁸, analisando livros do cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis da cidade de Bragança, com o objetivo de conhecer profundamente as situações dos negros que aqui chegaram, e como permaneciam na sociedade escravista. Esses levantamentos cartoriais mostram respostas e possíveis dúvidas sobre a presença e a formação de quilombos remanescentes às margens do rio Caeté.

Com maior presença de escravos nos séculos XVIII e XIX no Pará, a Região Bragantina [...] foi, assim, uma das mais expressivas na economia colonial e na recepção de escravos que entravam pelo porto de Belém ou eram trazidos do Maranhão pelas entradas clandestinas formadas por trilhas que acompanhavam os rios Gurupi, Turiaçu e Caeté (CASTRO, 2006, 11).

Dessa forma, percebe-se que Bragança recebeu em seu território muitas pessoas que desciam para essas terras, forçadas para trabalhar nas fazendas e engenhos. Com isso compreende-se a numerosa presença da população negra na formação da sociedade bragantina. Nesse sentido, Sueny Souza mostra que os trajetos percorridos por Romualdo Seixas em 1808 de Belém em direção ao Rio de Janeiro não era algo fácil, pois saía de Belém pelo rio Guamá, em Ourém seguia por terra para o Tentugal, local onde pegava canoa e descia pelo rio Caeté até Bragança, de onde certamente seguia pelo Atlântico (SOUZA, 2012).

A FAMÍLIA VITORINO RAMOS E AS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Para a compreensão da genealogia da comunidade do Tipitinga, em relatório datado do dia 25 de janeiro de 2009, produzido pela então tesoureira da Associação Maria das Dores dos Santos Castro⁹, com o objetivo de documentar dados importantes referente à organização da comunidade, inclusive, sobre seus primeiros moradores. Nesse relatório encontra-se registrado a tataravó Silvana, já mencionada anteriormente. Os bisavós maternos são Crescêncio Antônio Pinheiro e Tereza Maria Pinheiro; os avós paternos são: Antônio Vitorino Ramos e Delfina Pinheiro Ramos. O relatório da comunidade elaborado em 2005, conclui. “Essa é a provável árvore genealógica da família Vitorino Ramos”, que desde o início do povoamento do Tipitinga por volta de 1850 habitam esse território, hoje reconhecida legalmente como Comunidade Quilombola do Tipitinga. “A genealogia é importante para

⁸ Estudo descritivo de um ou mais aspectos sociais e culturais de um povo, grupo social, etc. Atividades de obtenção de dados, pesquisa de campo antropológica.

⁹ Professora pedagoga, atua na educação básica no Município de Santa Luzia do Pará, na Comunidade do Tipitinga.

mostrar a ancianidade do grupo e, em especial, para examinar a hipótese da herança da terra” (ACEVEDO; CASTRO, 2004).

A árvore genealógica oportuniza um conhecimento mais amplo da origem e formação da comunidade, bem como suas vivências e conhecimento das experiências sociais. Do mesmo modo, os parentescos são visivelmente identificados pelo sobrenome dos habitantes existentes na comunidade, onde quase todos são parentes. Isso mostra a serenidade da comunidade em afirmar que foi constituída pela família Vitorino Ramos. Apesar das múltiplas relações matrimoniais os “Ramos” predominam nos sobrenomes das pessoas da comunidade do Tipitinga. A prova disso encontra-se nos livros de ata da fundação da associação, nas atas de formação da diretoria da associação, onde os “Ramos” aparecem com muita frequência.

De acordo com depoimentos dos moradores do Tipitinga, nessa comunidade havia uma casa muito grande, onde moravam os senhores Gilberto Vitorino Ramos, Neco Vitorino Ramos, dona Tomásia Ramos, entre outros. Nessa casa havia vários cômodos, era a “casa grande” local de reunir às famílias, amigos e parentes, na qual se faziam festas ao som de vitrola, cavaquinho, violino e sanfona. Conta o senhor Severino Ramos, que nas festas populares as pessoas para entrar na festa e dançar tinham que obedecer as regras e só poderiam dançar de calça e camisa de mangas compridas, de bermuda e camiseta “nem pensar”.

Essas festividades se davam em casamentos, batizados e aniversários e nas palavras do senhor Severino Ramos observa-se o seguinte trecho: “Naquela época as festas desta comunidade eram de fazer gosto. Todo mundo respeitava o chefe¹⁰, e quem se metesse a “besta” ficava no tronco até amanhecer. Essa oralidade mostra que os grupos humanos em sua construção não seguem uma linha reta, ou seja, não se formam de maneira mecânica ou linear, mas estão em constante mudança. Para Castro e Acevedo (2004) o passado encontra-se na memória oral que ajuda a verificar como ele se constituiu e tece relações com o presente.

Os quilombolas do Tipitinga mantêm tradicionalmente seu sustento por meio da pesca artesanal e coleta de frutos, como o açaí. Além disso, antigamente a malva predominou como a maior produção agrícola, mas o que mantém até a atualidade são a mandioca, milho e o feijão; Segundo Rosa Acevedo e Edna Castro. “A agricultura permite-lhes obter a subsistência e a estabelecer relações econômicas sociais e políticas com a cidade, o Estado e outros grupos sociais” (ACEVEDO; CASTRO, 2004, p.43). Essas relações comerciais existiam desde a fundação da comunidade do Tipitinga, pois anteriormente por volta do fim do século XIX, e

¹⁰ Uma espécie de líder comunitário.

toda metade do século XX, os moradores dessa região desciam para Bragança em canoas pelo rio Caeté carregadas de farinha¹¹, malva, arroz, breu, cipó, paneiro, tipiti e vassoura, essa viagem durava mais ou menos uma semana, como depõem os moradores do Tipitinga.

Paneiro, tipiti e vassoura são utensílios fabricados artesanalmente para as utilidades diárias. Com o cipó títica e timboaçu fabrica-se a vassoura. E com o guarimã, uma espécie de palmeira fina e baixa, fabrica-se com suas talas paneiro, tipiti e abano. O breu é uma espécie de crosta produzida por uma árvore, o mesmo foi utilizado por muito tempo por esses moradores para iluminar suas casas. “Esse povo de hoje em dia não sabe o que é dificuldade. Quando eu era criança meu pai, meu avô e muitas outras pessoas viajavam dias e noites de batelão (canoa), era muito cansativo empurrar o barquinho com vara e remo daqui para Bragança. Na ida era até bom, porque é de descida, mas na vinda subindo o rio era só pra homem mesmo” (VALTER CARLOS DE JESUS RAMOS, 21 de setembro de 2014).

No retorno para casa, voltando de Bragança, as canoas vinham carregadas de açúcar, querosene, sal, cachaça, anzol, camarão, peixe seco, tabaco e outros produtos. Essa comercialização por via aquática no rio Caeté em direção a Bragança durou por mais de um século. Assim contou o senhor Valter, “aqui era isolado e ninguém saía daqui, senão fosse a pé, a cavalo ou por água, esse ramal que o senhor ver aqui na porta chegou aqui no Tipitinga em 1984”. O ramal que o senhor Valter se refere é o Transcaeté, que teve sua alargação para a passagem de veículos na década de 80 do século XX, após a construção da rodovia BR 316. Antes era um caminho estreito feito por caçadores.

A partir da construção da rodovia BR 316 começaram a abertura de estradas vicinais, como exemplo o ramal do Transcaeté, essa estrada de terras liga a BR 316 às comunidades do Trancaeté, Bentos, Três Voltas e Tipitinga, tendo o ramal 16 quilômetros de extensão. Desse modo, os moradores do Tipitinga e adjacências tiveram possibilidade de fazer outras rotas, mesmo de início a cavalo, burro e jumento, em direção a BR 316, para pegar o pau de arara, uma espécie de caminhão coberto de lona. Dessa maneira, levavam seus produtos agrícolas para a vila de Santa Luzia à época¹², e as cidades de Capanema e Ourém para serem comercializados. No início da década de 80, século XX, com a ampliação da estrada vicinal do Transcaeté e a frequente entrada de veículos, o transporte que antes era feito de canoa para Bragança, passou a ser de caminhonete, caminhão e carro para Capanema, Santa Luzia e

¹¹ Derivado da mandioca.

¹² A vila de Santa Luzia foi um vilarejo que por muito tempo pertenceu ao Município de Ourém. Mas por ter se tornado um distrito crescente em 1991 através de plebiscito tornou-se independente e passou a ser cidade de Santa Luzia do Pará.

Ourém. Essas cidades encontram-se interligadas territorialmente e fazem parte da região nordeste do estado do Pará.

Na época da ocupação do Tipitinga, por volta de 1850, com a chegada dos primeiros moradores, esse território era devoluto, ou seja, terras desocupadas pertencentes à União. Logo, por conta dessa situação, o crescimento da família Vitorino Ramos e a chegada de outras famílias, a área ocupada tornava-se cada vez maior. A família Vitorino Ramos delimitou uma grande área para se trabalhar no cultivo agrícola (roça), com o plantio de malva, maniva, arroz, milho, entre outros, como melancia, jerimum, maxixe e macaxeira. Como relata Acevedo e Castro (2004) O trabalho em suas formas variadas é fundamental para a construção do vínculo social, a formação da identidade e a da cultura do grupo, a comunicação entre gerações, entre sexos e entre famílias extensas.

A AGRICULTURA, A COLETIVIDADE E A LUTA PELA TERRA.

Essa comunidade organiza-se em várias atividades comunitárias em seu dia a dia, como a formação de mutirão, forma de trabalho coletivo muito comum em comunidades familiares, nos trabalhos de plantio e colheita, os mutirões são bastante conhecidos, cada família tem o dia escolhido para fazer suas diversas atividades, como construção de casas, roçagem, plantio de sementes, plantio de maniva, capina da roça, colheita de arroz, colheita do milho, colocar mandioca na água, roçar o campo de futebol, fazer farinha, entre outras atividades da associação. Esse mutirão ou trabalho coletivo permite que as pessoas permaneçam de maneira organizada na conjuntura local, pois se tem organização certamente os comunitários se fortalecem dentro da comunidade em suas produções agricultáveis, assim como a organização social.

O grupo étnico retira da terra não somente a produção necessária para seu sustento, mas também as histórias referentes à ocupação singular do território. Por isso sua permanência ali por várias gerações muitas vezes contraria a lógica da propriedade privada e sustenta-se na idéia de herança, herdeiros, direitos e uso em comum da própria terra (CASTRO; ACEVEDO, 2004, 38).

As gerações dessas famílias habitaram a comunidade do Tipitinga, retirando seu sustento da própria terra ocupada e mantendo suas tradições, que se dão no modo de plantar, colher e os cuidados com a vegetação frutífera ou não, como percebemos na preservação e permanência da reserva de matas das margens dos rios Curi e Caeté. Essas reservas protegidas significam respeito com a natureza e visão de futuro. Pois, na oralidade local repentinamente

se ouve, “essa terra é para nossos filhos,” [...] “se derrubar tudo, ficaremos sem o açaí,” [...] “quando derruba a beira do rio, o rio se acaba”¹³. Essas e muitas outras preocupações os moradores do Tipitinga têm para que esse território sempre tenha espaço onde os moradores possam cultivar seus plantios para tirar seu sustento de maneira sustentável.

Quando os moradores destacam que é preciso manter as margens dos igarapés preservadas, isso se dá em virtude dos hábitos tradicionais adquiridos de gerações anteriores e pelo fato de haver muitas diferenças nas margens dos rios Curi e Caeté. Observa-se que a margem direita do rio Caeté e a margem esquerda do rio Curi pertencente ao perímetro do Tipitinga, apresentam vegetações seculares, porém do outro lado desses rios as matas deram lugar às pastagens de gado desprotegendo os igarapés, onde os mesmos desaparecem por causa da erosão.

Na atualidade, as várias famílias que se situam às margens desses igarapés, local hoje de fácil acesso, mas que por muito tempo ficaram isolados, na condição de desobedientes aos seus senhores que até propunham ofertas valiosas para quem encontrasse ou dessem notícias de “pretos” fugidos de suas propriedades. Do mesmo modo, Edna Castro (2006), faz um levantamento na cidade de Bragança e nesse levantamento encontram-se inúmeras cartas datadas da segunda metade do século XIX, entre elas, cartas de liberdade de escravos, escrituras de compra e venda de escravos, como na amostra a seguir: Castro (2006, p.44) Eu abaixo assignado declaro que sou senhor possuidor de uma escrava de nome Anna, cor preta, [retinta] de idade de quarenta e cinco anos [...] concedo desde já a liberdade [...] Bragança, nove de novembro de 1876 Eu Alexandre d’ Oliveira Raiol.

Nesse processo de formação de quilombos, como destaca Gomes (1995), houve resistência, lutas, levantes, fugas e a formação de mocambos¹⁴. A composição das comunidades remanescentes quilombolas, é sem dúvida um marco histórico, onde muitas pessoas buscavam refúgio e liberdade. Do mesmo modo, se houve conquistas, destaca-se a organização dessas pessoas, que atualmente são denominados de um grupo que politicamente sustenta-se como remanescentes quilombolas, inclusive, quando avança na conquista da terra, algo que se sustentou nas políticas das últimas décadas do século XX.

Na atualidade, os vários grupos localizados às margens dos rios [...] resgatam o território e seu profundo significado para suas vidas. No presente, esses grupos assumem a identidade política de remanescente de quilombos. [...] quilombo enquanto categoria histórica detém um significado relevante, localizado no tempo, e

¹³ Expressão que significa a erosão causada pelo desmatamento.

¹⁴ Uma espécie de assentamento organizado pelos escravos que fugiam dos seus senhores.

na atualidade [...] para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais pelos auto denominados remanescentes de quilombos (CASTRO; ACEVEDO, 1998, 9).

Nos levantamentos feitos na comunidade quilombola do Tipitinga, observa-se a presença das manifestações políticas movidas por esse grupo étnico, na proposta de assegurar a área de terras antes ocupadas por seus primeiros moradores. Mesmo assim, os moradores relatam que conseguir repatriar esse território foi uma luta muito grande devido um grande proprietário de terras. Mas que suas lutas são incessantes, fortalecendo sua identidade étnica, social e política, como constata Castro e Acevedo (2008, p.10) “Na atualidade essa identidade é o bastão de suas lutas pelo reconhecimento de direitos de ancianidade da ocupação”.

Esse grupo étnico originário de remanescentes quilombolas fez o caminho legal amparado pela legislação brasileira e que fundamenta as iniciativas representadas pela entidade associável da comunidade quilombola do Tipitinga, no que se refere, inclusive, a territorialidade, buscando sua titularidade como quilombolas. O Território que a comunidade do Tipitinga almeja é muito mais que o já conquistado, essas terras habitadas, por quase dois séculos, estabelece dominialidade de um grupo étnico, que ao longo da história de sua existência, luta por espaço que sempre lhes foram negadas, mas mesmo assim, a perseverança e a insistência da luta por seus ideais, paulatinamente são adquiridas.

TERRA E CONCEITO DE IDENTIDADE

A posse da terra é um sentimento de pertencimento a um grupo. E da mesma forma a identidade étnica se relaciona com o território que os quilombolas do Tipitinga pretendem legalizar como herdeiros.

Pela via hereditária, isto quer dizer que alguém tem direito virtual de ‘do’ sobre a terra não simplesmente porque é um indivíduo, mas porque o é enquanto filho e herdeiro. Na definição estrita das relações de parentesco, seguindo o critério prioritário da filiação (POULIELO, apud, 1998, p. 158).

Desse modo, família e patrimônio territorial, juntos formalizam a identidade de um povo, na medida em que o parentesco se estrutura no território que historicamente pertenceu a seus parentes. No Tipitinga, estruturou-se a família Vitorino Ramos, nos últimos anos esse povo tem se organizado com o intuito de fortalecer sua identidade quilombola constituída a partir da necessidade da luta pela terra. Como foi mencionado que as terras pertencentes ao Tipitinga eram devolutas e que por conta dessa situação seus primeiros moradores demarcaram uma extensa área para habitar, sendo modificada anos depois pelo ITERPA.

Na segunda metade do século XX, mais precisamente nas décadas de 70 e 80 houve a regularização fundiária da área pertencente à gleba¹⁵ Tentugal/Pedral, onde nesse meio localiza-se a atual comunidade remanescente quilombola do Tipitinga. Com esse loteamento padronizado, foi reduzido o território ocupado pela família Vitorino Ramos, uma vez que cada membro líder de uma família recebeu um lote de 250m de largura por 1000m de comprimento, o que posteriormente seria incompatível com o crescimento das famílias.

Esse crescimento se deu em virtude de alguns fatores, como relata o senhor Severino em entrevista realizada em 06 de abril de 2014 “depois que abriram esse ramal, ou melhor dizendo, que nós abrimos. Como ficou mais fácil para viajar, os próprios parentes que moravam em outros lugares começaram a vir para cá”. Ele continua relatando “também aqui teve escola, transporte [...] e os que vinham por influência voltaram, mas alguns permaneceram, e hoje somos umas duzentas pessoas”.

A história oral oportuniza conhecer mais profundamente a história local, social e econômica da comunidade quilombola do Tipitinga, As entrevistas servem como ferramenta do entendimento das estruturas sociais dentro de um processo histórico de gerações. A história de vida dessas pessoas, homens e mulheres estão reservadas dentro do silêncio. Mas quando solicitadas, a oralidade em sua sutileza faz-se necessária na reconstituição das informações, saberes e lutas constituídas no dia a dia dessas pessoas.

Na lembrança dos habitantes do Tipitinga, estão guardadas as histórias da formação desse vilarejo¹⁶. São espontâneas as informações sobre a estrutura das casas, meios de transportes, trabalho na roça, festas tradicionais nos barracões feitos de madeira e coberto de palha. Esses e muitos outros acontecimentos são lembranças, pois quase tudo mudou, a palha que era usada na cobertura das casas deu lugar para a telha de cerâmica, o barro que tapava as paredes, foi substituído pela alvenaria. O transporte que era feito de animais deu lugar para a motocicleta e carros. Mas vale também destacar que tais mudanças têm suas permanências.

Tipitinga ao longo de sua existência tem se projetado em busca de seus direitos. Como depõe Severino Ramos, “durante todo esse tempo que moramos aqui, tudo o que os mais velhos conseguiram e nós também, foi com muita luta. Esse ramal, essa escola, a nossa igreja, a energia elétrica, o transporte escolar, o nosso título coletivo¹⁷. Tudo isso chegou aqui com muito esforço”. Esse esforço desenvolveu-se de maneira individual e coletivamente através de

¹⁵ Uma grande extensão de terras.

¹⁶ Aglomeração de casas, ou seja, as vilas da zona rural.

¹⁷ É o título da área remanescente quilombola. O mesmo é único para todos.

reuniões nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, assim como nas ONGS e na comunidade.

Mesmo assim, como aborda Edna Castro e Rosa Acevedo (2004). “A morosidade¹⁸ do andamento dos processos nos órgãos fundiários tem sido uma dificuldade para o movimento, enquanto os conflitos fundiários levavam, rapidamente, à redução das áreas ocupadas pelas comunidades”. Essa afirmativa de Acevedo e Castro da redução de territórios quilombolas confirma-se também no Tipitinga, haja vista que, observando a documentação da associação da comunidade, encontra-se um ofício encaminhado ao Instituto de Terras do Pará - ITERPA, solicitando a redução do território pretendido. Esse recuo significa abrir mão de seus direitos, amedrontados pelos feitos dos grandes proprietários de terras, que ao longo da história brasileira tem essa “superioridade”.

TERRA QUILOMBOLA, HERANÇA E DIREITO.

No início do ano de 2005, começou a “batalha”. Tipitinga procura recuperar seu território que foi diminuído com a expansão de grandes proprietários de terras a partir do final da década de 80 do século XX. Essa entrada dos fazendeiros deu-se através da compra de terrenos dos pequenos produtores rurais dessa região, pois muitas dessas pessoas na década de 80 e 90 do século XX migraram para as cidades a procura de melhores condições de vida, inclusive, por falta dos serviços básicos como saúde, educação e energia elétrica. Contando com o auxílio da senhora Nazaré Reis, esta ligada aos movimentos sociais, em destaque o CEDENPA¹⁹. Iniciou-se a organização comunitária com o propósito de readquirir o território que pertenceu a seus antepassados. Poucos meses depois a comunidade quilombola do Tipitinga já estava mais fortalecido com a fundação da AMORQUIT²⁰.

Em 10 abril de 2005, em assembleia geral na comunidade do Tipitinga aprovava-se o Estatuto da associação, um marco de sustentação, organização e reconhecimento da identidade quilombola, principiando o direito à terra. Mas como historicamente o negro foi perseguido, diminuído, discriminado no Tipitinga, não foi diferente. A burocracia e um grande proprietário de terras dessa região causaram dificuldades e lentidão no direito ao acesso à terra. Nesse sentido de lentidão de direitos, observa-se que as constituições brasileiras, antes da constituição de 1988, “nunca trataram do tema, ou seja, das possibilidades

¹⁸ Lentidão nos processos de regularização fundiária.

¹⁹ Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará.

²⁰ Associação dos Moradores Remanescentes Quilombolas do Tipitinga.

que as demandas por reconhecimento fossem efetivadas” (ALMEIDA, 2007, 10). Dessa maneira, a efetivação de direitos pela terra nesse país continental foi suprimido ao longo do tempo, negando que o reconhecimento das comunidades quilombolas fosse efetivado. Portanto, “as promessas de inclusão social do negro, esperada no pós abolição, ainda não se concretizaram” (SILVA; SIMIONATTO, 2010, 5).

Nessa perspectiva, amadurece a ideia de reivindicação pelo acesso à terra, ressalvados pelos direitos constitucionais, pois a Constituição de 1988, segundo Lúcio Antonio de Almeida, permitiu o reconhecimento de uma cidadania mais plena, já no seu Art. 1º que define os fundamentos necessários para se construir um Estado Democrático de Direito e dar dignidade da pessoa humana como fonte para o reconhecimento cultural.

O respeito à etnia quilombola é primordial para a garantia da preservação de direitos pelo requerimento da terra. Nesse sentido, a democracia é o elemento central para compreender a demanda e a exigência quilombola. A comunidade do Tipitinga vem conquistando seus direitos constitucionais, após a fundação da AMORQUIT e a solicitação requerendo a demarcação da área antes pertencente a seus antepassados, conforme o disposto no art. 68 da CF que diz assim em seus Atos das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Apesar dessa obrigatoriedade, percebe-se que as coisas não funcionam como dispõe o Art. 68 da CF²¹, uma vez que esse retardamento no cumprimento da lei é muito claro quando se observa a comunidade quilombola do Tipitinga, apesar de muito esforço dos quilombolas, um grande proprietário de terras não abre mão da área demarcada pelo ITERPA²².

No ano de 2005, essa comunidade após ter criado a associação, conforme ata da reunião extraordinária datada de 14 de julho de 2005, recebeu a visita da senhora Marcela Santos representante do CEDENPA, com a finalidade de ajudar a comunidade nas orientações de projetos orçamentários, falou-se também da presença de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA para dar as instruções da construção da pocilga (casa para criação de suínos). Esse projeto de criação de suínos veio para substituir a criação de porcos soltos na comunidade que causam prejuízo para as lavouras, o sossego e a saúde. Nessa mesma data, foi explicado que “o Estatuto da associação está em vigor desde sua aprovação, e que deve ser colocado em prática, principalmente não criar porcos soltos, portanto, somente presos para evitar prejuízo na comunidade” (Ata da reunião em, 14 de julho de 2005).

²¹ Constituição Federal.

²² Instituto de Terras do Pará

Essa sociedade por meio de sua organização local procura fazer valer a legislação estatutária da AMORQUIT, levando em consideração os acordos definidos em assembleia geral, mas que muitas vezes acontece o descumprimento do Estatuto da associação pelos próprios moradores, inclusive, pelos que raramente frequentam as reuniões da AMORQUIT. Segue por todo o ano de 2005, com freqüentes reuniões para tratar assuntos pertinentes à organização, valorização, recursos e projetos para o fortalecimento dos remanescentes quilombolas do Tipitinga. “Nos direitos que as leis nos beneficiam, que nós não sabíamos e que agora estão sendo esclarecidos para nós” (Ata da reunião em, 12 de junho de 2005) percebe-se então a vontade de conquista desse grupo organizado. Nesse sentido, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas de grupos sociais cuja identidade étnica constitui a base de suas vivências na comunidade habitada tradicionalmente por eles.

No que tange as riquezas naturais que o espaço físico oferece como as matas e seus produtos extrativistas, principalmente vegetais, encontra-se essa preocupação registrada em ata da associação do dia 10 de julho de 2005. Antes, porém, moradores e técnicos participaram de uma formação na comunidade de Enfarrusca no Município de Bragança para tratar assuntos referentes à importância da floresta secundária²³ como “geradora de renda e qualidade de vida”, destacando-se o fortalecimento de agricultores familiares, onde o senhor Alberto técnico agrícola, natural do Tipitinga, mas que anos antes saiu para estudar na Escola ECRAMA²⁴, e, posteriormente, galgar o título de técnico agrícola e certamente apoiar os agricultores familiares no preparo e cultivo da terra de maneira sustentável, pode acompanhar a formação e pôr em prática o que conseguiu aprender na vida e em seus estudos.

A escola ECRAMA fundada no ano de 2001 oferece oportunidades para jovens agricultores que pararam ou não tiveram acesso aos estudos na idade “certa”. Com essa escola, muitos jovens filhos de agricultores conseguiram concluir o Ensino Fundamental e posteriormente o Ensino Médio na mesma escola, como é o caso do Alberto filho do senhor Severino do Tipitinga, um dos alunos destaque da escola ECRAMA. A pedagogia da alternância na organização educacional viabiliza a permanência dos filhos de agricultores, familiares quilombolas e não quilombolas nessa unidade de ensino, “Propomos em fazer uma

²³ São aquelas resultantes de um processo natural de regeneração da vegetação, áreas onde no passado foram derrubadas para o plantio da agricultura ou de pastagem, e a floresta ressurgiu espontaneamente após o abandono dessas atividades.

²⁴ Escola de Campo para Jovens Agricultores de Comunidades Amazônicas. Promove conceito de agroecologia e sustentabilidade. Usa a pedagogia da alternância, ou seja, o aluno passa quinze dias na escola e quinze dias em sua comunidade.

reunião com a presença do Alberto para expor seus conhecimentos de agricultor técnico, adquirido na escola ECRAMA” (Ata de reunião do AMORQUIT em, 14 de agosto de 2005).

Por todo o ano de 2005 percebe-se o esforço dos filiados da AMORQUIT, pois as atas das assembleias são documentos que sustentam o quanto os quilombolas do Tipitinga procuram organizar-se por meio das palestras, mesmo de vez em quando, enfrentando dificuldades na organização e descumprimento do estatuto da associação criado e aprovado em abril de 2005. O regimento estatutário da AMORQUIT com seus 28 artigos distribuídos em 11 capítulos prima pelo desenvolvimento político, econômico, cultural e social das famílias remanescentes do quilombo do Tipitinga, pois defender o patrimônio físico e cultural da comunidade são ideais pertinentes na valorização da identidade quilombola.

Observou-se também a Ata da reunião do dia 14 de maio de 2006, em que assuntos pertinentes ao desenvolvimento do Tipitinga foram pautados em assembléia geral, com o intuito de esclarecer e incentivar os moradores dessa área quilombola a valorizar a associação, pois os benefícios são visíveis desde sua fundação. Nesse mesmo dia falou-se sobre a titulação da terra, legalização da associação, projeto suíno, projeto para plantio de feijão, projeto para uma horta comunitária com segmentos sociais como escola e comunidade. Esses projetos contam com a participação e assistência técnica do CEDENPA e escola ECRAMA.

Essas entidades não governamentais, desde o início das manifestações de legalizar essa comunidade como quilombola, vem, através de seus organizadores, dando apoio nos aspectos organizacionais, produtivos, técnicos, entre outros. A economia solidária ressaltada em assembléia da associação em 13 de agosto de 2006 é um importante mecanismo para a sustentabilidade de produtores familiares, pois o trabalho em rede, quando organizado, pode fortalecer o sustento de uma sociedade e esse tema vem fortalecendo-se na perspectiva de aumentar a renda das pessoas que habitam nas comunidades rurais, inclusive, as tradicionais.

Mesmo sem muitas conquistas, mas que de certa forma houve interesse da Câmara municipal de Santa Luzia, na pessoa de Maria Lúcia Machado (PT), que em ofício datado de 06 de agosto de 2007 solicitava ao Instituto de Terras do Pará o mapa da área de todas as comunidades remanescentes quilombolas de Santa Luzia que de imediato o ITERPA dispôs o mapa requerido das comunidades solicitadas, onde o Tipitinga aparece com uma área de 1.624,11 hc²⁵ e com suas coordenadas geográficas.

A certidão de autorreconhecimento quilombola da comunidade em foco foi expedido pela Fundação Cultural Palmares em 13 de novembro de 2006, pelo presidente da entidade

²⁵ Hectare.

Ubiratan Castro de Araujo, essa certidão é um passo importantíssimo para a autoafirmação das comunidades quilombolas e a veracidade de sua identidade.

A comunidade Remanescentes de Quilombos de Tipitinga localizado no município de Santa Luzia do Pará/ Pará, [...] vem atestar para os devidos fins, com fundamento no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e o Art. 322 do Constituição do estado do Pará e em atendimento ao Art. do decreto 3.572, de 22 de julho de 1999 que regulamentou a Lei Estadual nº 6.165 de 02 de dezembro de 1998, que se auto reconhecem e se identificam como remanescente das comunidades de Quilombos (Declaração de autorreconhecimento quilombola em, 20 de janeiro de 2008 da Comunidade do Tipitinga).

A declaração acima citada é um mecanismo legal e de direito dos remanescentes quilombolas adquirido pela Fundação Cultural Palmares. Por meio dessa declaração a comunidade tem a autonomia de se autodeclarar e se afirmar quilombola.

Como já foi mencionado anteriormente, em janeiro de 2008, dez (10) dias após a comunidade adquirir seu autorreconhecimento quilombola, encaminhou-se um Ofício de nº 01/008, em 30 de janeiro para o presidente do ITERPA solicitando que esse órgão estadual fizesse a diminuição da área antes demarcada e pretendida pelos moradores do Tipitinga. No Ofício encaminhado ao ITERPA constam os motivos da decisão desses moradores. Esse recuo deu-se pelo medo e as ameaças direcionadas aos moradores do Tipitinga por um grande agropecuarista da região, pois inicialmente a área demarcada pelos técnicos do ITERPA pegava aproximadamente mil (1000) hectares nas terras ocupadas pelo grupo JM²⁶.

Os quilombolas interpõem concomitantemente pleitos pela efetivação de políticas de reconhecimento e regularização de territórios quilombolas, executada pelo Instituto de Terras do Pará-ITERPA, que realizou atos de titulação com descontinuidades e questões pendentes. [...] Este processo de titulação carece de completude, pois existem áreas em mãos de particulares que não foram indenizadas [...] (MARIN, 2010, 52-53).

Parece que após a diminuição da área, a tramitação no ITERPA foi agilizada, haja vista que não era mais preciso negociar mais de uma dezena de lotes, ou seja, comprar do grupo JM como prevê nas etapas do reconhecimento quilombola, pois um processo que tramitava desde 2006, teve a titulação coletiva definitiva pelo governo do Estado em pouco mais de três (3) meses após o recuo da comunidade. Isso causa estranheza, porém pode-se afirmar que é uma prática de décadas, que suprime o direito à terra dos quilombolas em detrimento das grandes companhias empresariais ou grandes proprietários de terras como aconteceu no núcleo quilombola de Jambuaçu em Moju/PA, onde quilombolas travaram uma

²⁶ Grupo empresarial Josiel Martins.

“guerra” com a Companhia Vale do Rio Doce²⁷ a partir de 2006. Do mesmo modo no Tipitinga, mesmo em proporções menores o grupo JM conseguiu assustar os moradores e o Estado facilmente aceitou o pedido de diminuição da área, a mesma foi reduzida para um terço da área inicialmente demarcada. Finalmente, em 13 de maio de 2008 aconteceu a titulação coletiva definitiva da Comunidade Remanescente Quilombola do Tipitinga, assim como de outras comunidades do Estado.

CONCLUSÃO

Esse trabalho permitiu perceber o quanto esse grupo étnico tem dificuldade em se organizar como remanescente quilombola. Nesse sentido, são muitos os fatores, mas entre tantos destaca-se a dificuldade de readquirir o território habitado tradicionalmente pelos primeiros moradores. Saber que Tipitinga existe há mais de um século e meio e que tamanhas dificuldades foram constantes desde sua ocupação é inquietante pelo fato da população negra ter contribuído com a cultura nacional.

Além dos teóricos analisados, os depoimentos dos comunitários e a legislação serviram como embasamento para a compreensão da legitimidade dessa população se afirmar remanescente quilombola. Nesse sentido, as declarações de autoafirmação quilombola adquiridas logo após a fundação da associação junto a Fundação Cultural Palmares, foi primordial para a seguridade da identidade étnica e cultural da comunidade a partir do ano de 2005.

Enfim, com os principais aspectos analisados, organização, identidade, direito à terra e educação, concluiu-se que a organização da comunidade quilombola do Tipitinga, após a fundação da associação, teve suas dificuldades, tanto na comunidade como fora dela. Enfrentando dificuldade de acesso aos órgãos competentes, o direito à terra, amparado por lei federal e estadual, acontece com muita lentidão. Assim como a aceitação da identidade quilombola na comunidade, de certa forma, tem divisão entre seus habitantes. Portanto, ficamos certos de que mesmo tendo avançado o debate sobre os remanescentes quilombolas e seus respectivos direitos, ainda tem muito a ser feito.

²⁷ Companhia Vale do Rio Doce.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil; SANTIAGO, Mylene. **A gestão da diversidade cultural no contexto educacional brasileiro**. Revista Educação em Questão, Natal, v.38, n.24, mai/ago.2010, p.9-33.

CASTRO, Maurício Barros de. **História e Cultura Africana e afro-brasileira na Escola / Maurício Barros de Castro...** [et al.]; Maria Alice Rezende Gonçalves, Ana Paula Alves Ribeiro (organizadores). – Rio de Janeiro; Outras Letras, 2012.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Escravos e Senhores de Bragança (Documentos Históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará)**/ Edna Maria Ramos de Castro (organização). Belém: NAEA, 2006.

Diversidade e Sistema de Ensino Brasileiro/ Maria Alice Rezende Gonçalves, Ana Paula Alves Ribeiro (organizadores). - Rio de Janeiro: Outras Letras 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (século XVII-XIX)** / Flávio dos Santos Gomes; [apresentação Robert W. Slenes]. - São Paulo: Ed. Polis, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 7.ed.-Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

História: Ensino Fundamental / Coordenação Margarida Maria Dias de Oliveira. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina** / Benedita Celeste de Moraes Pinto. - Belém: Açai, 2010.

SALLES, Vicente. 1931. **O negro na formação da sociedade paraense. Textos reunidos / Vicente Salles. - Belém: Paka-Tatu,2004.**

_____. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão** / Vicente Salles. - 2ª. Ed. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

SOUZA, Sueny Diana de Oliveira. **Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824)**; orientadora, Magda Ricci. – 2012.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação** / Girolamo Domenico Treccani – Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.